

ANTC E SINDILEGIS APOIAM CAMPANHA DE FINANCIAMENTO PARA MANTER O MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL (MCCE)

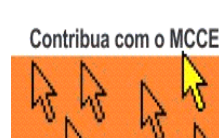
ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL QUEREM INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA E ORGANISMOS INTERNACIONAIS NAS AÇÕES DE COMBATE À CORRUPÇÃO

Imagens: Sindilegis e MCCE



Presidente da ANTC, Lucieni Pereira, em reunião com representantes do SESEI e do MCCE

BRASÍLIA. Na última quinta-feira (8), a presidente da ANTC, Lucieni Pereira, participou de reunião com a gerente de Responsabilidade Social Empresarial do SESEI, Sueme Mori Andrade, e com a diretora-executiva do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Jovita Rosa. A reunião ocorreu na sede do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), instituição que também apoia o MCCE, uma das maiores entidades da América Latina que trabalha com mobilização popular para o combate à corrupção. O movimento precisa de apoio financeiro para continuar desenvolvendo projetos de cidadania, como a recente aprovação da Lei de Iniciativa Popular conhecida como “Lei da Ficha Limpa”. O MCCE dispõe de uma agenda relevante de fortalecimento da democracia, sendo necessário captar recursos para manter sua estrutura e avançar com as propostas. A ANTC e o Sindilegis querem mobilizar entidades representativas dos servidores públicos, indústria e organismos internacionais para que abracem essa importante campanha.



FAZENDO MUITO COM POUCO

Atualmente, o MCCE mantém suas atividades de cidadania com contribuições provenientes de convênios firmados com entidades representativas e organizações da sociedade civil, além de contar com patrocínios eventuais. Porém, o valor arrecadado mensalmente não é suficiente para suprir as despesas mínimas de manutenção da entidade, que incluem o pagamento de dois funcionários responsáveis pela sua gestão administrativa. A instabilidade das contribuições compromete a ampliação e até mesmo a continuidade de projetos importantes, como o controle social sobre o cumprimento da Lei da Ficha Limpa e o avanço de outras ações de cidadania - como o aumento da transparência das doações de campanhas eleitorais - alinhadas à **Open Government Partnership** (Parceria para Governo Aberto). Para reduzir a instabilidade financeira, o MCCE, com o apoio da ANTC e do Sindilegis, quer mobilizar as indústrias no combate à corrupção. Entre as estratégias, busca-se o apoio do Serviço Social da Indústria (SESI) entre outras instituições ligadas ao referido setor, além de organismos internacionais.

COMO A CORRUPÇÃO ELEITORAL AFETA O CUSTO BRASIL?

A corrupção na gestão de recursos públicos é considerada um dos principais fatores que compromete a competitividade e a eficiência da indústria nacional. Essa prática inibe investimentos em infraestrutura e em educação, dificulta a redução da taxa de juros, eleva a carga tributária, entre outros efeitos que impedem o desenvolvimento. De acordo com o parecer prévio do TCU sobre as contas da presidente da República (2011), a carga tributária nacional elevou-se de 33,71% do PIB, em 2010, para 35,88% em 2011. O parecer prévio do TCU sobre as contas de 2009 também traz estudo comparado da carga tributária bruta (CTB) e aponta o Brasil no 14º lugar (2007), posição à frente de todos os países em desenvolvimento e acima de países desenvolvidos pesquisados, como Estados Unidos, Japão, Canadá, Austrália e Suíça. Em relação à Argentina, a carga tributária brasileira é 5 pontos percentuais (pp) superior; já entre os países do BRIC essa diferença foi superior a 10 pp. A conclusão do trabalho, após cotejar o PIB *per capita*, é de que no Brasil, assim como nos países emergentes pesquisados, **os tributos sobre o consumo impactam mais na formação da CTB** do que os tributos sobre a renda - 45,8% contra 24,6% respectivamente. Entre 1995 e 2007, a CTB brasileira cresceu 20,57%, acima de índices de países como EUA e Austrália.



Para conscientizar um número ainda maior de cidadãos quanto à importância de fiscalizar a aplicação da Lei da Ficha Limpa, foi cogitada a participação de entidades no próximo “Ação Global”, projeto do SESEI em parceria com a Rede Globo. O MCCE, a ANTC e o IFC demonstraram interesse em montar “tendas da cidadania” durante o evento que ocorre em todas as capitais. A temática do “Ação Global-2013” será a **MULHER**. A ANTC manifestou interesse em divulgar fiscalizações sobre políticas públicas para mulher, como as auditorias do TCU sobre oncologia, mamógrafos e saúde indígena (divulgadas na Rio +20) e combate à violência contra mulher (sem decisão). Também incentivará os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios e associações locais a participarem do evento para divulgar as auditorias com essa mesma vertente. “Vamos buscar parceria com a ONU-MULHERES, OAB, CFM, CFP, AMB, AMPCON, ANPR, CONAMP, Sindilegis, ANDES-SN, ADEPOL-BR e ADPF para divulgar projetos da ONU e trabalhos dos auditores, parlamentares, procuradores, advogados, docentes, médicos, psicólogos, magistrados e delegados em prol do **empoderamento da mulher**, agentes que fazem ‘ação global’ o ano todo”, diz Lucieni.